



Do nacionalismo cultural à *culturalização* da nação: a *Revista do Livro*

From cultural nationalism to the culturalization of the nation: Revista do Livro

Fernando Floriani Petry

Université Lumière Lyon 2, Lyon/França

ferpetry@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-6152-4137>

Resumo: O projeto político, literário e cultural promulgado pela *Revista do Livro* mobiliza uma série significativa de conceituações complexas que surgem em diferentes momentos, com variações em suas significações e aplicações. Publicada entre os anos de 1956 e 1970, atravessando, portanto, diferentes regimes de governo e mudanças bruscas na condução do Estado brasileiro, a revista do Instituto Nacional do Livro (INL) maneja conceitos centrais para a compreensão de sua atuação e de sua relação com o seu tempo e o seu meio. Dentre eles, veremos neste artigo como a *Revista do Livro* ativa e constrói suas próprias noções de tradição, de nacional, de cultura no processo de construção do seu próprio cânone da literatura brasileira.

Palavras-chave: Revista do Livro; Instituto Nacional do Livro; tradição; nacional; cultura; cânone.

Abstract: The political, literary, and cultural project promulgated by the *Revista do Livro* mobilizes a significant series of complex conceptualizations that appear at different times, with variations in their meanings and applications. Published between 1956 and 1970, thus going through different governmental regimes and abrupt changes in the conduction of the Brazilian State, the magazine of the National Book Institute handles concepts that are central to the understanding of its performance and its relationship with its time and milieu. Among them, we will see in this article how the *Revista do Livro* activates and constructs its own notions of tradition, national, and culture in the process of building its own canon of Brazilian literature.

Keywords: *Revista do Livro*; National Book Institute; tradition; national; culture; canon.

Eterno

E como ficou chato ser moderno.
Agora serei eterno.

Ou ainda

O enterrado vivo

É sempre no passado aquele orgasmo,
é sempre no presente aquele duplo,
é sempre no futuro aquele pânico

Carlos Drummond de Andrade, *Fazendeiro do ar*, 1954.

1 Da tradição

Raymond Williams (1979), em seu livro *Marxismo e Literatura*, observa que o conceito de tradição foi radicalmente negligenciado pelo pensamento cultural marxista, principalmente por tê-lo interpretado como uma sobrevivência, uma resistência do passado. Porém, o ensaísta britânico observa também que o “sentido incorporador da tradição é forte” (WILLIAMS, 1979, p. 188), afinal, a tradição é, na prática, uma evidente expressão de forças dominantes e hegemônicas. É justamente por ser uma expressão de forças, toda tradição seria uma tradição *seletiva*. Essa seletividade é compreendida por Williams (1979) como uma operação intencionalmente seletiva – a ação de um arconte – de um passado modelador aplicado em um presente pré-modelado que determina e opera o processo de definição e identificação social e cultural: “num nível mais profundo, o sentido hegemônico na tradição é sempre o mais ativo: um processo deliberadamente seletivo que oferece uma ratificação histórica e cultural de uma ordem contemporânea” (WILLIAMS, 1979, p. 119), afinal, é a tradição que sustenta a continuidade dos processos identitários e de definição sociais e culturais. O teórico lembra que a tradição *seletiva* se configura como uma expressão de forças atuantes em um determinado presente, simbólico ou não. Enquanto seleção, ela pode também ser inventada, pois ao selecionar os fatos do passado que serão modelos para um presente/futuro, pode-se inventar uma nova leitura. A tradição *seletiva*, enquanto resultado de uma expressão de forças, é definida *a posteriori*, enquanto a tradição *inventada* é definida no momento mesmo de sua invenção.

Essa tradição *seletiva* aproxima-se, de certa monta, daquilo que Eric Hobsbawm (2006) identificou como uma tradição *inventada*, referindo-se tanto às tradições que foram de fato inventadas, construídas, formalmente institucionalizadas, quanto às tradições que surgiram de maneira mais imprecisa, menos “localizáveis” no passado. O historiador britânico define a tradição como um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que perduram, transmitem determinados valores e normas através da repetição de uma prática passada. Dentre essas práticas, o autor aponta a existência das que foram inventadas, pois estabelecem uma relação artificial, uma relação propositalmente construída com o passado.

Ao diferenciar as tradições dos costumes, Hobsbawm (2006) inscreve a primeira, a tradição, na esfera do ritual, do simbólico e o segundo, o costume, na ordem do social, da vida prática. Essa diferença opera também no nível da permanência e da resistência. Enquanto o costume é mais adaptável, mais maleável em relação às novas configurações do presente, a tradição mostra-se sempre mais resistente, mais imutável. Por consequência, o costume transforma-se ao longo do tempo até deixar de ser aquele que lhe deu origem. Já a tradição resiste ao longo do tempo, até ser rompida e suplantada por outra.

Cotejando as duas abordagens da ideia de tradição, podemos nos aproximar do movimento executado pela *Revista do Livro*. Publicada entre os anos de 1956 e 1970, a *Revista do Livro* era o órgão oficial do INL. Seu projeto foi retomado pelo Departamento Nacional do Livro em 2002. Idealizada por Augusto Meyer, a revista reuniu em suas páginas nomes significativos da intelectualidade brasileira em suas diferentes fases de publicação, que coincidiram com diferentes momentos políticos brasileiros. Sua primeira fase – a qual fazemos referência neste estudo – de 1956 a 1961, compreende exatamente o período do Governo de Juscelino Kubitschek e possui 24 números divididos em 20 volumes. Sua segunda fase, de 1964 a 1970, ocorreu durante o período da Ditadura Militar no Brasil, com 19 números publicados em 17 volumes. E sua terceira e atual fase, iniciada em 2002, coincide com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. O último número lançado, em 23 de julho de 2015, foi o 55, totalizando 12 números em 12 volumes. De alcance nacional, o periódico, em sua primeira fase, possuía sete seções, editorial, estudos, inéditos, arquivo, vária, noticiário e bibliografia. Em sua segunda fase as seções são bastante variadas, tendo a revista mudado de formato em duas ocasiões diferentes. Por fim, na terceira fase, a revista aproxima-se muito de uma revista científica, publicando artigos de universitários sobre temas variados da literatura

brasileira através de dossiês temáticos. Dentre os nomes mais frequentes publicados na primeira fase da revista temos, por exemplo, Machado de Assis, José Veríssimo, Luis Cosme, Alexandre Eulalio, Brito Broca, Justo Pastor Benitez, Cavalcanti Proença, Câmara Cascudo.

Ao longo das suas páginas, podemos notar que a tradição promulgada pela revista pode ser vista, ao mesmo tempo, como uma seleção de um passado modelo, e uma invenção, uma construção, ou ainda, uma atualização desse passado. Ou seja, a revista assume seu papel de arconte ao definir qual é o arquivo originário da Literatura Nacional brasileira.

Essa operação *seletiva* e não *inventiva* de um passado específico que configuraria um presente ainda mais específico é executada pela *Revista do Livro* através da seleção dos textos, através da seleção dos *valores* que ela quer recuperar e *preservar* no passado brasileiro, produzindo reflexos no presente brasileiro, a fim de modelar, projetar um futuro para a construção da identidade nacional. Isso significa, sobretudo, que a revista age – através dos princípios econômicos e eco-nômicos – selecionando, dentre as forças que atuam em seu presente, as que a auxiliam na invenção de um passado específico para lançar as bases da Literatura Nacional.

E nesse jogo de forças, o peso de uma instituição é fundamental no estabelecimento da seleção. Por instituição adotamos os sentidos dicionarizados de “cada um dos costumes ou estruturas sociais estabelecidas por lei ou consuetudinariamente, que vigoram num determinado Estado ou povo” e de “organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos que visa atender a uma necessidade de dada sociedade ou comunidade mundial” (HOUAISS, 2001). Essas duas concepções já nos auxiliam a “dar conta” da nossa compreensão do termo instituição, podendo ser entendidas como estruturas sociais – aqui a instituição se liga fortemente à tradição – ou como organismos públicos ou privados. Podemos notar que, em ambos os sentidos, a função nomológica é o que rege a instituição, eis o motivo pelo qual Williams (1979) atribui à tradição uma força de estabelecimento, uma força de lei. Periódicos institucionais trabalham frequentemente com as noções de hegemonia e tradição, as quais determinam, em geral, o uso e a leitura possíveis para esses arquivos que eles constituem e selecionam.

Podemos antever, nessa leitura, que a *Revista do Livro* se constituiu como um arconte que seleciona práticas-modelo do seu passado para inventar uma tradição específica cujos efeitos a revista quer aplicar no presente com intuito de projetar um futuro. Nesse gesto existe uma força didática, um desejo de ensinar, direcionar, tentar impor a historiografia

correta da literatura brasileira. E nesse gesto existe também um desejo de interferir no processo de formação em curso nos anos de 1950, o de afirmação da nação.

Porém, não foi a *Revista do Livro* o único grupo/instituição a inventar uma tradição específica na cena brasileira dos anos de 1950. Silviano Santiago (1989), em *A permanência do discurso da tradição no modernismo*, observa a existência de uma tradição inventada ao lidarmos com a ideia de tradição no Brasil, já desde o modernismo, mas, sobretudo, influenciada pela chave concretista:

Estamos mais acostumados a encarar o modernismo dentro da tradição da ruptura, para usar a expressão de Octavio Paz, ou dentro da estética do *make-it-new*, de Pound, ou ainda da tradição do novo, de Rosenberg, e assim no infinito. A nossa formação esteve sempre configurada por uma estética da ruptura, da quebra, por uma destruição consciente dos valores do passado. [...] esse tipo de estética – da ruptura, do desvio, da ironia e do sorriso, da transgressão dos valores do passado – é que tem o direito de cidadania, por assim dizer, na revalorização dadaísta por que passou o modernismo desde 1972 [cinquenta anos da Semana de 1922]. (SANTIAGO, 1989, p. 94)

Contaminada pela recusa do passado brasileiro levada a cabo pelos concretistas, produziu-se, na crítica brasileira dos anos 1970 e 1980, a tradição inventada (ou a revalorização dadaísta) de lidar com o modernismo a partir da tradição da ruptura, como se o modernismo de 1922 rompesse com todo o passado brasileiro até então. Foi o concretismo, com o seu *make-it new* poundiano, que inventou a tradição que nos condicionou a pensar o modernismo na estética da ruptura, do novo pelo novo. Do amálgama de 1956, percebe-se então quais as forças que se mantiveram ativas nos anos seguintes, selecionando e inventando tradições, e também quais forças foram derrotadas.

Santiago (1989, p. 97), em contraponto à leitura concretista da tábula rasa, aponta para uma permanência sintomática da tradição dentro do moderno e do modernismo:

O discurso da tradição foi ativado pelos primeiros modernistas, e logo no início do movimento. Desde 1924, com a viagem a Minas feita pelos modernistas de São Paulo, ciceroneando Blaise Cendrars. [...] A viagem marca uma data, momento importante para discutir a emergência, não só do passado pátrio (mineiro, barroco, etc.), mas do passado enquanto propiciador de uma manifestação estética primitiva (ou *naïve*). Foi Brito Broca,

em artigo de 1952, quem chamou atenção para a contradição entre o futuro e o passado em 1924.

Não só um passado pátrio, mas também um passado propiciador de uma manifestação estética. No lugar do *make-it new* concretista, o modernismo brasileiro de 1922 também comportou uma relação seletiva com o passado. Não bastasse, foi Brito Broca o primeiro a chamar a atenção para essa relação entre o futuro e o passado. O mesmo Brito Broca que compõe o corpo editorial dessa força “derrotada” que foi a *Revista do Livro*.

Recuperando uma crônica de Mário de Andrade, escrita logo após a viagem modernista para o interior mineiro em 1924, Santiago (1989, p. 105-106) nota:

Tarsila, diante de Ouro Preto, diz que quer voltar a Paris, mas não quer voltar a Paris para saber da última moda. Quer voltar para aprender a *restaurar* quadros. Tarsila já enxerga Paris como o lugar não mais para o *dernier cri*, mas o lugar onde poderia adquirir um saber que proporcionasse a restauração do passado colonial brasileiro, infelizmente em estado lastimável. Eis a passagem: “Mas, voltando ao assunto, que maravilha caída do céu a nossa Tarsila! Tomou-a agora um fogo sagrado.... Os olhos brilham. A voz firmou-se enérgica, verdadeira. Que é de Paris? Que é do Cubismo? – Não, Malazarte. Volto a Paris, mas para me aperfeiçoar ainda mais nos processos de restauração de pinturas. Depois venho para Minas. É preciso *conservar* (o grifo é nosso) tantos tesouros”. [...] Bastante significativa é essa pequena passagem porque está em germe aí um dos grandes projetos “conservacionistas” dos modernistas: aproximam-se do Ministério da Educação e Saúde na década de 30 para a criação do SPHAN, Mário de Andrade à frente.

Estava ali já, nessa relação de recuperação seletiva do passado brasileiro, o germe dos grandes projetos conservacionistas modernistas, na esteira dos quais se inscreve a *Revista do Livro*, um projeto modernista atualizado na década de 1950. Ou melhor, a *Revista do Livro* recupera a *tradição* modernista de lidar com a *tradição*: não a ruptura (que é a tra(d)ição concretista de lidar com a tra(d)ição modernista), e sim a atualização do passado, transformando-o em modelo para um presente, a fim de projetar um futuro para a nação. Essa filiação aparece na figura de Mário de Andrade, que reverbera diversas vezes na revista. Reverbera como intelectual, citado nos editoriais e nos ensaios. Reverbera como autor. E, não menos sintomático, o único texto de Mário de Andrade

que a *Revista do Livro* publica é justamente a opereta Pedro Malazarte, o mesmo Malazarte que assina a crônica da viagem à Minas de 1924.

Essa relação conturbada com a leitura concretista do modernismo nos auxilia a compreender, por exemplo, a ausência completa de Oswald de Andrade nas páginas da revista. O concretismo recuperou Oswald valorizando seu *savoir-faire* da paródia, da tradição da ruptura, e ignorou sua relação com o passado. Cooptado pelos concretistas, em discórdia com Mário, Oswald fica de fora do projeto da revista.

Isso porque,

enquanto legado, a história é bastante cruel, porque ela é narrada sempre do ponto de vista dos grupos que aparecem e não dos grupos que permanecem. A gente conta a história do modernismo a partir do surgimento dos grupos, a geração de 22, depois a geração de 30, depois a geração de 45, mas em 45 Drummond ainda está escrevendo. Se você lê numa história da literatura sobre 45, o que que ela está nos falando? Está falando de João Cabral de Melo Neto, de Ledo Ivo, etc. Se você passa para 58, 59, 60, são os concretos. Isso não quer dizer que durante o período concreto Murilo Mendes não estivesse escrevendo. O que existe num momento em que a gente faz uma reflexão mais ampla sobre a história da literatura é que, se você faz um recorte histórico preciso, o que existe é uma coexistência de muitas coisas: a produção de um modernista como Drummond, a de uma geração 45 como Ledo Ivo; existe ainda a coexistência dos concretos – o Augusto acaba de publicar ‘Pós-tudo’, que nada mais é do que dar continuidade à experiência do concreto. (SANTIAGO, 1989, p. 123)

2 Da ideia de nação

Entre a *seletividade* de Williams (1979) e a *inventividade* de Hobsbawm (2006) situa-se a *imaginação* de Benedict Anderson (2008). Se a tradição *seletiva*, enquanto resultado de uma expressão de forças, é definida *a posteriori* e se a tradição *inventada* é definida no próprio momento de sua invenção, a tradição *imaginada* perfila-se entre as duas atuações, definindo uma tradição, selecionando invenções. Ou melhor, a seleção age na esfera da produção de uma leitura específica de um passado pré-existente. A invenção age na esfera da criação de uma tradição com um propósito definido. E a imaginação atua na constituição de uma tradição

que faça sentido para a “alma”, ou seja, que se constitua como objeto de desejo, de projeções modeladas no presente, a partir de um passado, com o intuito de construir um futuro determinado. Ou ainda, a relação que a *Revista do Livro* estabelece com a historiografia literária é a de *imaginar* uma tradição literária brasileira, ora *seleccionando*, ora *inventando* fatos literários a fim de, no seu projeto, construir um ideal de nação.

Em *Comunidades imaginadas*, Benedict Anderson (2008) nos mostra que, ao contrário da leitura marxista que entende a política como exercício exclusivo dos mandatários e poderosos, o nacionalismo possui uma legitimidade nacional profunda; pautada “pela ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma *seleção*, com frequência consistente” (SCHWARCZ, 2008, p. 10).

A construção de uma naturalidade na relação com o passado passa também por uma compreensão evolutiva da história, como se o presente fosse uma consequência lógica do passado, e o futuro um caminho natural a ser perseguido, se *seleccionarmos o bom* passado como modelo. É essa seleção que a *Revista do Livro* opera ao nos apresentar – através dos seus editoriais, suas escolhas, enfim, do seu papel de arconte – um ideal de nação que se circunscreve de maneira específica em meio a diversos movimentos nacionalistas brasileiros em voga nos anos de 1950.

Anderson observa que os primeiros movimentos nacionalistas europeus são oriundos dos ideais iluministas e ganham fôlego com a Revolução Francesa, ao minarem a legitimidade dos princípios dinásticos e da ordem divina. Nesse momento, as nações passam a ser imaginadas como “comunidades na medida em que, independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um ‘nós’ coletivo, irmanando relações em tudo distintas”. (SCHWARCZ, 2008, p. 12)

Ao abolir as dinastias e a ordem divina, os ideais iluministas alteraram também as divisões temporais claras na historiografia de um país, outrora organizada a partir dos reinados e das regências. As histórias nacionais deixaram de ser construídas a partir das histórias dos reis e jogaram para a esfera do mito o passado e os momentos de fundação nacional.

Nesse cenário, o Brasil entra de viés, afinal, ainda que tenha sido *fundado* sob um regime monárquico, os ideais iluministas já produziam reflexos no país, deslocando o seu passado para a esfera do mito. A literatura entra nesse jogo como um meio ideal para representar o tipo

de comunidade imaginada que corresponde com essa proposta de nação. Esse é o caso, por exemplo, do romantismo brasileiro, que constrói o povo brasileiro¹ como a miscelânea entre o europeu colonizador e o bom selvagem indígena – mais precisamente o bom selvagem tupi – ignorando toda a massa oriunda do regime escravocrata que formava o Brasil, social, econômica e culturalmente.²

Imagina-se, então, uma sociedade brasileira a partir da seleção de componentes sociais e culturais que se quer valorizar e esquecendo-se daqueles que se quer, que se deseja ignorar.³ É nessa esteira que Anderson (2008, p. 32) ensaia definir a nação como uma comunidade imaginada “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”.

Nesse ponto que encontramos a *Revista do Livro*, que assume para si a tarefa de imaginar essa imagem viva que comunga o povo brasileiro. E essa imaginação se dará através da invenção seletiva de uma tradição brasileira. Assim, a revista se inscreve na cena literária brasileira de 1956, com a sua proposta de cunhar a imagem que congrega a nação. Para a revista, o elemento agregador do povo brasileiro é a sua cultura.

¹ Fazemos referência a Ana Beatriz Barel (2013) que, em *Folhetins, romances, revistas*, argumenta que para o movimento romântico brasileiro o povo era um conceito abstrato, artificial que dava suporte à ideia de nação que os românticos queriam imaginar.

² Gostaríamos de ampliar a discussão dos movimentos nacionalistas brasileiros a fim de perceber em que medida a *Revista do Livro* se inscreve nessa cena mais complexa da formação do imaginário nacional. Contudo, essa discussão desvirtuaria a busca pela hipótese desta pesquisa, cujo foco recai mais fortemente sobre o papel da *Revista do Livro* na busca pela formação da literatura brasileira e não na discussão do Brasil enquanto nação. A ideia de nação aparece na revista como aquilo que está circunscrito às fronteiras nacionais. Para além dessas fronteiras, não estariam outros países, e sim o universal. Ou seja, é a imagem literária e cultural que comunga a comunidade brasileira em contraponto com a imagem que comunga a literatura e a cultura universal. Tomamos a liberdade de indicar outros trabalhos que nos dão suporte no estudo dos movimentos nacionalistas, como o de Caio Navarro de Toledo, *ISEB: fábrica de ideologias*, ou ainda Carlos Guilherme Mota (1977), *Ideologia de cultura brasileira*. Para conceituação geral das ideias de nação e nacionalismo, ver, dentre outros, Eric Hobsbawm (2011) em *Nações e nacionalismo desde 1780*.

³ Ernest Renan (1991, p. 892), em *Qu'est-ce qu'une nation?*, lembra que « l'essence d'une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses ». [A essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muita coisa em comum, e também que todos tenham se esquecido de muita coisa. Trad. nossa].

3 Literatura é cultura?

Terry Eagleton (2011, p. 19), em *A ideia de cultura*, traça as diferentes compreensões históricas para o conceito, partindo de três sentidos modernos para a palavra, com base em suas raízes etimológicas, sendo o primeiro algo ligado à civilidade, o segundo à civilização e o terceiro ao refinamento intelectual. Na primeira instância, a ideia de cultura está muito ligada às boas maneiras, ao bom comportamento. Na segunda, a ideia se amplia para o conceito de civilização, aproximando-se daquilo que Alfredo Bosi (1992, p. 16), em *Dialética da colonização*, define como um conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que são transmitidos geracionalmente a fim de garantir a perpetuação de um estado de coexistência social. A terceira estância moderna da definição de cultura, a do refinamento intelectual, está intimamente ligada com ideias de alta cultura, de Cultura, como C maiúsculo, como possibilidade de distinção social pelo domínio e apreciação das práticas, técnicas, símbolos e valores considerados exemplares.

Grosso modo, temos duas maneiras bastante distintas de se pensar a cultura. Em um viés mais democrático, a cultura é pensada como um conjunto de aspectos peculiares à vida intelectual, artística, moral e material de uma época, região, país ou sociedade. Nesse viés, um cidadão brasileiro se define como brasileiro se, nascido em território nacional, partilhar das experiências, conhecimentos, práticas comuns àqueles que habitam o mesmo espaço, na mesma época. Entende-se, nesse caso, a cultura brasileira como um amálgama de diversas práticas, valores típicos da sociedade brasileira. Porém, em um viés mais elitista, a cultura pode ser entendida a partir da distinção entre a alta e a baixa cultura. A baixa cultura está intimamente ligada à massa, ao popular, ao populacho, enquanto a alta cultura é o letramento, o domínio de práticas, valores, símbolos do refinamento intelectual. Essa distinção produziu reflexos na definição de diversos elementos da sociedade. Temos, assim, a alta costura, a alta gastronomia, as belas artes, em contraponto com a costura, a alimentação, a arte popular.⁴

Nessa discussão, a *Revista do Livro* marca fortemente sua posição, a partir dos seus editoriais. José Renato Santos Pereira (1956, p. 3-4), já no editorial de abertura do primeiro número da revista, defende a promoção nacional da cultura e o papel da *Revista do Livro* na, com a liberdade no neologismo, culturalização da nação:

⁴ O que se distingue também da ideia do pop, ligado à massa.

acreditamos orgulhosamente na cultura nacional, em sua presença pujante e em suas possibilidades concretas. Governo e intelectualidade devem unir-se no sentido de impulsionar o processo civilizador da nação jovem e palpitante de perspectivas imediatas. [...]

Também estamos convencidos da necessidade de serem incorporados à nossa cultura milhões e milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever, primeiro passo para que a cultura no Brasil possa apoiar-se em sólidas e amplas bases de instrução pública e o país atinja a plenitude de sua independência política e econômica.

É importante notar que Santos Pereira (1956) não fala da cultura em sua acepção mais universalista e democrática, e sim se refere à cultura letrada, à produção intelectual brasileira. O processo civilizador pode ser pensado por esse viés. A revista não tem por objetivo direto alfabetizar a população ribeirinha do interior do Acre, por exemplo, mas tem como projeto apoiar a educação da nação nos moldes da boa e alta cultura brasileira. A estratégia de Santos Pereira (1956), em seu depoimento, é chamar a intelectualidade para o projeto de pensar e formar essa nação jovem e palpitante chamada Brasil, é fazer com que a intelectualidade nacional abrace o projeto político, literário e cultural promulgado pela *Revista do Livro*.

Podemos verificar que é o conceito de alta cultura o apresentado pelo diretor do INL, ao afirmar que “acredita orgulhosamente na cultura nacional”, ao falar do processo civilizador que cabe tanto ao Governo quanto à Intelectualidade. Ou seja, é função do Estado e da Intelectualidade promover a cultura nacional, e aqui podemos ler Cultura Nacional, com maiúsculas, para erradicar o analfabetismo – elemento de aculturação – e civilizar a massa jovem brasileira.

Nesse processo de civilizar a massa nacional, da relação entre cultura e nacional, Terry Eagleton (2011, p. 42), em seu livro *A ideia de Cultura*, aponta que

é com nacionalistas românticos como Herder e Fichte que aflora pela primeira vez a ideia de uma cultura étnica distinta, com direitos políticos simplesmente em virtude dessa peculiaridade étnica; e a cultura é vital para o nacionalismo de maneira que, digamos, a luta de classes, os direitos civis ou o combate à fome não chegam a sê-lo. Segundo certa perspectiva, nacionalismo é aquilo que adapta vínculos primordiais a complexidades modernas. À medida que a nação pré-moderna dá lugar ao Estado-Nação moderno, a estrutura

de papéis tradicionais já não pode manter a sociedade unida, e é a cultura, no sentido de ter em comum uma linguagem, herança, sistema educacional, valores compartilhados etc., que intervém como princípio de unidade social.

Ou seja, podemos verificar que é em sua proposta de civilizar através da cultura nacional que a *Revista do Livro* se estrutura e podemos ler, através dessa proposta, uma tentativa de promover o Estado-Nação, de promover a integração nacional através da nacionalização da cultura, ou da culturalização da nação. A promoção da cultura nacional visaria, portanto, a uma política estatal de unificação nacional, de promoção da nação, de *imaginação* de uma imagem que congregasse a nação.

Assim, lança-se a revista como órgão oficial do INL a fim de integrar um projeto mais amplo que visa valorizar a cultura nacional, civilizar jovens, culturalizar milhões e milhões de analfabetos, criar sólidas bases de instrução política para fundamentar a cultura brasileira para os brasileiros em busca da afirmação da independência política e econômica. Ou seja, é o Estado-Nação tentando promover a cultura de modo a manter unida a sociedade em prol de um projeto político nacional. Eagleton, em seu já citado livro, analisando os diversos imbricamentos a partir de algumas noções de cultura, nota que a relação entre cultura e poder é muito próxima, afinal,

nenhum poder político pode se manter satisfatoriamente por meio de pura e simples coerção. Ele perderá credibilidade ideológica demais e, assim, mostrar-se-á perigosamente vulnerável em tempos de crise. Porém, a fim de assegurar o consentimento daqueles que governa, precisa conhecê-los mais intimamente do que sob a forma de um conjunto de gráficos ou tabelas estatísticas. Já que a verdadeira autoridade envolve a internalização da lei, é na própria subjetividade humana, em toda a sua aparente liberdade e privacidade, que o poder procura se incutir. [...] e nenhuma forma cognitiva é mais apta em mapear as complexidades do coração do que a cultura artística. É assim que, no transcorrer do século XIX, o romance realista se torna uma fonte de conhecimento social incomparavelmente mais vívida e complexa do que qualquer sociologia positivista. A alta cultura não é uma conspiração da classe dirigente; se ela por vezes cumpre essa função cognitiva, também pode, às vezes, frustrá-la. Todavia, obras de arte que parecem as mais inocentes no que diz respeito ao poder, na sua perseverante atenção aos impulsos do coração, podem servir ao poder precisamente por essa razão. (EAGLETON, 2011, p. 76)

Ou seja, é através do domínio da cultura dos dominados que um poder político pode agir no controle social. É justamente essa a intenção que existe por trás da censura em tempos ditatoriais: controlar e cercear a cultura. Aqui recuperamos o que Renato Cordeiro Gomes (2004, p. 125), em seu texto “Intelectuais e a cidade das letras”, do livro *O papel do intelectual hoje*, fala sobre governo e ficção: “não se pode governar sem ficção, não se governa também por pura coerção, é necessário ter crenças para se governar e um dos papéis do Estado é fazer crer. É nesse contexto que entra o escritor”.

Assim, a revista propõe um combate à fragmentação moderna em uma proposta de politizar a cultura nacional com intuito de promover o Brasil entre os brasileiros e também promover o Brasil “para fora”; afinal, como podemos perceber no depoimento de Santos Pereira, citado anteriormente, a cultura nacional se ligaria ao pensamento universal. Não é mera coincidência que o depoimento no primeiro número da revista venha justamente na edição que comemora o “maior escritor brasileiro”, Machado de Assis. O que observamos, enfim, é que a *Revista do Livro* possui um projeto de promoção da Cultura Nacional e que esse projeto exerceu alguma influência – positiva ou negativa, grande ou pequena – na produção intelectual brasileira, tanto no âmbito da literatura quanto no da crítica literária durante o seu período de atuação e publicação. Ou seja, a revista se inseriu na cena literária, também pelo viés da negação ao seu conservadorismo. Um dos exemplos de reverberação do seu projeto é a retomada da sua publicação, em 2002, pelo Departamento Nacional do Livro, da Fundação Biblioteca Nacional, cujo primeiro volume (desta fase) se apresenta como:

o presente volume representa a retomada do que foi um dos projetos editoriais mais bem-sucedidos na área do antigo Ministério da Educação e Cultura. Demos-lhe o número 44 para expressar uma proposta de continuidade. Estampamos na capa a mesma foto – um Machado de Assis jovem, de barba gloriosamente inculta – que figurou na capa do primeiro número, antes de executado o elegante projeto gráfico de Tomás Santa Rosa Jr., a partir do número 2, que se tornaria marca registrada da publicação. A nova *Revista do Livro* pretende ser fiel ao padrão de qualidade de sua primeira fase. Algumas mudanças de forma e conteúdo se fizeram necessárias para adaptá-la à realidade de nosso tempo. Mantivemos o mesmo formato, mas a concepção gráfica mudou. Tornou-se, também, menos “literária” em relação ao seu paradigma. A extraordinária expansão do mercado editorial

brasileiro nas três últimas décadas não poderia deixar de refletir numa publicação que trata de livros como a nossa. Abrimos espaço, da mesma forma, para a ciência da informação, levando em conta a importância cada vez maior que as bibliotecas públicas assumem na nossa sociedade. A produção acadêmica brasileira, que aumentou em quantidade e qualidade, estará também mais representada na atual *Revista do Livro*. (EDITORIAL, 2002)

A retomada do projeto da revista significa também a retomada de um projeto de cultura nacional, tributário ao anterior. Menos literária, afinal a literatura já perdeu a sua majestade há tempos,⁵ mas com o mesmo paradigma. E atando as pontas, de 1956 a 2002, o retrato.

4 Do retrato

Com o advento de novas técnicas de prensa e de reprodução, o século XIX marcou, para as revistas e jornais, a primeira guinada em direção à diminuição do espaço do texto em relação ao da imagem. A diminuição dos custos e dos empecilhos técnicos permitiu uma maior reprodutibilidade dos periódicos, criou novas maneiras de edição, circulação, tiragem e ampliou as possibilidades técnicas de exploração e uso da imagem nas páginas dos periódicos. No Brasil, foi a partir da segunda metade do século XIX que as revistas ilustradas galgaram novos horizontes, sobretudo com o apoio a movimentos políticos e sociais marcantes do período. O exemplo mais corrente é a *Revista ilustrada*, publicada entre 1843 e 1891, do caricaturista e jornalista Ângelo Agostini, que teve uma participação significativa no combate à escravidão.⁶

Tal mudança proporcionou uma bivalência no espaço ocupado pela imagem nas revistas. A primeira delas a imagem substituiu o texto, relegando-o à condição de legenda. Como legenda, o texto é dispensável,

⁵ João Adolfo Hansen (2005, p. 71), em sua fala para *Pra falar das flores*, afirma categoricamente “que até o fim da década de 1960 era a literatura que dava o tom da cultura, num pingue-pongue dos críticos profissionais que ainda existiam e escreviam na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro”.

⁶ Fazemos referência, para aprofundamento da questão, ao trabalho de Herman Lima, *História da caricatura no Brasil*, publicado em 1963. O tema também foi abordado por Everardo Ramos, em *Origens da imprensa ilustrada brasileira*, republicado pela revista Escritos, da Fundação Casa de Rui Barbosa, nº 3, de 2009.

pois a imagem poderia falar por si só. Na outra, a imagem age como suporte, como *ilustração*. Enquanto apoio ao texto, a imagem pode ilustrá-lo com diversos efeitos. Ela pode enfeitar com figura ou estampa, servir como exemplo, demonstrar. Mas a imagem pode servir ao texto produzindo efeitos de leitura, ou seja, transmitindo conhecimentos, ou mesmo tornando-o ilustre, ou melhor ajudando-o a ilustrar algum assunto, tópico, tema.

A *Revista do Livro* se vale da imagem, a partir dessa sua segunda função. As imagens que a revista circula são ou fac-símiles de textos reproduzidos nas seções *Inéditos* ou *Arquivo* ou *retratos* que *ilustram* textos sobre autores brasileiros, como o próprio Machado de Assis na capa do seu primeiro número.

Na esteira dessa discussão, se recuperarmos o trabalho do crítico Enrico Castelnuovo (2006), perceberemos que o debate em torno do retrato sempre foi balizado pelo artifício ou a naturalidade, pela singularidade ou o tipo social, ou mais, pela idealização do retratado ou a ênfase nos seus aspectos mais naturalistas. Castelnuovo observa ainda que esse debate é sempre acompanhado por duas perguntas definidoras: “quem é digno de ser retratado, e como deve sê-lo?”. Ainda que simples, tais perguntas guardam em si um toda a problemática que perpassa as discussões históricas acerca do retrato. Gian Paolo Lomazzo (*apud* CASTELNUOVO, 2006, p. 16), por exemplo, lamenta que “a arte de pintar ao natural” tenha se difundido de tal modo que “perdeu quase toda a dignidade”. Afinal, para o retratista italiano é preciso que o retrato tenha majestade e uma aparência que “inspire nobreza e gravidade, mesmo que assim não fossem” (LOMAZZO, *apud* CASTELNUOVO, 2006, p. 16). Caberia ao pintor o retoque, a dissimulação dos defeitos da natureza. Para os seguidores daquilo que podemos chamar de vertente singularista, ou ainda, singularizante, o bom retrato seria aquele capaz de cobrir os defeitos do modelo, além de conferir-lhe uma aura que o distanciasse do vulgar, ou melhor, o bom retrato seria aquele capaz de *ilustrar* seu modelo, não somente de desenhá-lo, mas sobretudo capaz de torná-lo ilustre.

Oriunda etimologicamente do italiano dos 1600, a palavra retrato em português possui duas acepções mais correntes. Retrato como substantivação do verbo retratar, ato de retratar(-se), corrigir-se, retirar o que foi dito, desdizer-se. Ou retrato como substantivação do verbo retratar, reproduzir, desenhar, fazer retrato de uma pessoa, real ou

imaginária, seguindo seus traços. Traços que por sua vez são as linhas de um desenho, mas também as linhas que compõem a fisionomia de uma pessoa.

No italiano, porém, temos uma terceira acepção, a de receber, ganhar, como em *ritrarre vantaggi* (SPINELLI, 1957). A vertente de Lomazzo trabalharia, portanto, com essa terceira acepção, a de realizar o retrato a fim de dar, ao retratado, vantagens, benefícios que por ventura a natureza tenha-lhe negado.

A *Revista do Livro* tem nesse debate um posicionamento claro, em favor dessa vertente. Ao lidar de maneira distinta com o recente domínio da imagem nas revistas e jornais da década de 1950 e 60, ao valorizar o retrato como ilustração, como suporte ao texto, como efeito de dar vantagem ao retratado, a *Revista do Livro* produz efeitos de leitura específicos na construção, ou melhor, na imaginação da *imagem* da tradição cultural brasileira. Afinal, ao se valer do retrato que reforça as qualidades dos seus modelos, mostra-nos que o seu argumento é justamente a exposição de seus valores, porque a trama e os atores já foram escolhidos em função desses. Ou melhor, a revista se vale do retrato como elemento ilustrativo dentro do seu projeto político, literário e cultural de imaginar um retrato específico para a tradição literária brasileira. Um retrato ilustre.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Fazendeiro do ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAREL, Ana Beatriz. *Folhetins, romances, revistas: identidade nacional na imprensa, na literatura e na política do Império do Brasil (1836-1872)*. Paris: Université Sorbonne Nouvelle, 2013.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e sociedade na arte italiana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

EDITORIAL. *Revista do livro*, Rio de Janeiro, n. 44, 2002.

GOMES, Renato Cordeiro. Intelectuais e a cidade das letras. In: MARGATO, I; GOMES, R. C. (org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

HANSEN, João Adolfo. Pra falar das flores. In: RISÉRIO, Antônio *et al.* *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras, 2005. p. 71-76.

HOBBSAWM, Eric. L'invention de la tradition. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *L'invention de la tradition*. Paris: Éditions Amsterdam, 2006. p. 11-25.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Saraiva, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. [São Paulo]: Objetiva, 2001. CD-ROM.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977. Coleção Ensaios.

PEREIRA, José Renato dos Santos. Prefácio. *Revista do livro*, Rio de Janeiro, n. 1, 1956.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? In: RENAN, Ernest. *Œuvres complètes*. Paris: Pierre Bordas et fils, 1991.

REVISTA DO LIVRO. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro, 1956-2015. Absorveu a Revista do Livro, do Instituto Nacional do Livro.

SANTIAGO, Silviano. A permanência do discurso da tradição no modernismo. In: SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SPINELLI, Vincenzo; CASASANTA, Mario. *Dizionario completo italiano*. Milão: Editore Ulrico Hoepli, 1957.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

Recebido em: 16 de agosto de 2021.

Aprovado em: 27 de novembro de 2021.